

JUDICIÁRIO

Cumprir a Carta não é ativismo

Barroso rebate críticas de que o STF atua politicamente e afirma que a Corte somente aplica o que está previsto na Constituição

» RENATO SOUZA

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, rebateu, ontem, as críticas feitas à Corte de pauta a atuação com base em “ativismo judicial”. Conforme ressaltou, as críticas ao Judiciário são “válidas e democráticas”, porém ressaltou ser injusto que o STF seja atacado por desempenhar o papel previsto pela Constituição.

“Não corresponde aos fatos a afirmação reiterada de ser o Supremo um tribunal ativista. Nós interpretamos e aplicamos uma Constituição abrangente, que cuida de uma grande multiplicidade de temas, que desaguam no Judiciário, trazidos pelos mais diversos atores da sociedade brasileira”, salientou.

Barroso deixou subentendido que as críticas partem sempre da extrema-direita, ao enumerar matérias em curso no Supremo que

são razão de críticas — sobretudo de bolsonaristas. “O STF, de fato, determinou o uso de câmeras na farda em operações policiais militares. Há quem ache que a violência policial descontrolada contra populações pobres é uma boa política de segurança pública, mas não é o que está na Constituição. O STF ordenou a elaboração de um plano para o sistema prisional. Há quem ache natural os presos viverem sob condições indignas de violência e insalubridade,

mas não é o que está na Constituição”, salientou.

No começo da sessão plenária de ontem, o ministro aproveitou para corrigir uma informação que dera no discurso de abertura dos trabalhos da Justiça em 2025, na última segunda-feira. Barroso afirmou que o Judiciário custou R\$ 132,8 bilhões, no ano passado. Na conta, ele incluiu o orçamento do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União. No entanto, na rede social

X (antigo Twitter), ele foi corrigido pelos usuários, que destacaram que o valor citado era apenas dos órgãos do Judiciário, não englobando o MPF e a DPU.

“Em relatório do Tesouro Nacional, ao qual tive acesso, no cálculo do custo do Poder Judiciário estavam incluídos, igualmente, o Ministério Público e a Defensoria Pública. Retive essa informação. No entanto, nos dados divulgados pelo (site) *Justiça em Números*, publicados pelo

Conselho Nacional de Justiça, os custos dessas duas instituições não estavam computados. Foi, portanto, uma informação imprecisa que venho retificar na primeira oportunidade”, observou.

Na segunda-feira, Barroso disse que “o custo do Judiciário é lembrado com frequência, e o Judiciário de fato tem um custo relevante. Custamos R\$ 132,8 bilhões ao país, 1,2% do PIB, mas esse custo inclui o Ministério Público e a Defensoria Pública”.

Antonio Augusto/STF



Barroso aproveitou sessão para corrigir números que dera sobre o Judiciário

Ação na 1ª Turma de deputados do PL

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu que seja pautado na Primeira Turma da Corte o julgamento da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) que atribui aos deputados Josimar Maranhãozinho (MA) e Pastor Gil (MA), além do suplente Bosco Costa (SE) — todos do PL —, corrupção na distribuição de emendas parlamentares. A data do julgamento, a princípio, é no próximo dia 25. O colegiado é integrado por Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Flávio Dino e Zanin.

No despacho, o ministro solicita que “inclua-se o feito em pauta de julgamento, a fim de que se delibere sobre a denúncia ofertada pela Procuradoria-Geral da República e sobre os demais pedidos”. Os parlamentares, porém, negam irregularidades no direcionamento dos recursos. As defesas pediram ao STF a rejeição da denúncia por falta de provas.

Uma alteração no regimento interno do Supremo, em 2023, permitiu que denúncias e ações penais passassem a ser julgadas também pelas turmas e não exclusivamente pelo plenário. Os magistrados vão decidir se há

elementos suficientes para receber a denúncia, oferecida em setembro, o que deflagraria uma ação penal contra os deputados por corrupção e organização criminosa.

A investigação que levou à denúncia é um desdobramento de uma operação iniciada no Maranhão, em dezembro de 2020. Durante o inquérito, a Polícia Federal (PF) obteve imagens de Josimar Maranhãozinho manuseando uma grande quantidade de dinheiro que, segundo a corporação, teria sido obtido com o desvio de emendas.

A PGR concluiu que os deputados negociaram emendas com a Prefeitura de São José de Ribamar, município da Grande São Luís, em troca de um “percentual” pelos recursos repassados. Segundo a Procuradoria, os parlamentares pediram propina de R\$ 1,66 milhão em troca de R\$ 6,67 milhão destinados ao município.

“Os elementos informativos demonstram, portanto, que os denunciados formaram organização criminosa, liderada por Josimar Maranhãozinho, voltada à indevida comercialização de emendas parlamentares”, diz a denúncia.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Maranhãozinho cobraria “percentual” de dinheiro para prefeitura



ALAVANCAS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO: PERSPECTIVAS E DIÁLOGO ENTRE OS SETORES DE SEGUROS E FRANQUIAS

O Correio Braziliense realizará o CB Fórum: “Alavancas de Crescimento Econômico: perspectivas e diálogo entre os setores de seguros e franquias”. Combinando inovação e novas leis, esses setores, que somam quase 10% do PIB, são motores do desenvolvimento econômico no Brasil.

Reunindo autoridades, líderes do mercado, especialistas e reguladores, será promovido um diálogo com o setor público para discutir os desafios e oportunidades do segmento.

MEDIADORES

 Denise Rothenburg <small>colunista do Correio Braziliense</small>	 Carlos Alexandre <small>editor de Política, Economia e Brasil</small>
--	--

KEYNOTE SPEAKER

 Gilmar Mendes <small>ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)</small>

PAINELISTAS

 Patrícia Freitas <small>presidente e CEO da Prudential do Brasil</small>	 Dyogo Oliveira <small>presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg)</small>
 Antônio Rezende <small>vice-presidente Jurídico e de Relações Institucionais da Prudential do Brasil</small>	 Tom Moreira Leite <small>presidente da Associação Brasileira de Franchising (ABF)</small>
 Vinicius Brandi <small>subsecretário de Reformas Microeconômicas e Regulação Financeira do Ministério da Fazenda</small>	 Glauce Carvalho <small>diretora Jurídica da Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg)</small>

13/02

a partir de 09h30

Local: auditório do Correio Braziliense (SIG Quadra 2 - Lote 340 - Brasília/DF)



Escaneie o QR Code e saiba mais sobre o evento.

INSCREVA-SE

REALIZAÇÃO:   APOIO:  APOIO INSTITUCIONAL: